

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

15ª Sessão Ordinária de 2022

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 4/10/2022, págs. 1/27)

Dia: 11/10/2022

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I

1) Aprovação das Atas da 13ª Sessão Ordinária de 2022 (13/09/2022) e da 14ª Sessão Ordinária de 2022 (20/09/2022).

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista na 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (05/05/2020)

- 1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00155/2019-81
- Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Interessado: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP
Advogado: Dr. Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Número de servidores comissionados desproporcional ao número de servidores efetivos. Irregularidades nas nomeações. Desrespeito a princípios constitucionais.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Acre
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (12/05/2020)

- 2) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01
- Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Piauí
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2020 (08/09/2020)

3) Consulta nº 1.00838/2018-11

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Interessados: Anísio Marinho Neto; Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – AMPERN; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL
Advogado: George Melão – OAB/SP n.º 384.804
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Exigibilidade de instauração de Procedimento Investigatório Criminal. Interesse do membro em realizar investigação direta nos autos do inquérito policial.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

4) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75

Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Amapá
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

5) Proposição nº 1.00415/2021-60

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
- Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85
- Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.
- Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Alagoas
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 8) Reclamação Disciplinar nº 1.01326/2021-50
- Requerente: José Antonio dos Santos Medeiros
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
- Relator: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2022 (15/03/2022)

- 9) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00383/2019-89 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner
Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64975; Eduardo Silva Toledo – OAB/DF n.º 44.181
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Prática de assédio moral contra servidores, estagiários e funcionários terceirizados. Procuradoria do Trabalho do Município de Santo Ângelo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96. Portaria CNMP-CN nº 46/2019.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022)

- 10) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58
Requerente: Cristiano Zanin Martins
Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal
Interessado: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742
Objeto: Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente PGR-00020423/2021. Decisão definitiva proferida pela Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, que determinou o arquivamento da representação.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Cons. Daniel Carnio Costa

Pedidos de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

- 11) Pedido de Providências nº 1.00965/2020-80
Requerente: Ademir Antonio Brunetto
Advogado: Helio Nishiyama – OAB/MT n.º 12.919
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Indeferimento de pedido de cópia de inquérito civil. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00347/2022-66

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará
Advogados: Clauber Hudson Cardoso Duarte – OAB/PA nº 23.621; Daniel Konstadinidis – OAB/PA nº 9.167; Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA nº 21.233
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Desconstituição de ato da Corregedoria-Geral. Determinação para que a Corregedoria Geral se abstenha de realizar controle prévio dos objetivos lançados nos planos de atuação dos membros. Ausência de competência administrativa para o ato e violação ao princípio institucional de independência funcional. Resolução n.º 007/2016-CPJ-MPPA. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

13) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27

Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

14) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03

Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Pedido de Vista na 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

- 15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00541/2022-05
Requerente: Silvia Leticia Bernardes Mariosi Amaral
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessado: Bernardo de Moura Lima Paiva Jeha
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Remoção de Promotor de Justiça para a 1ª Promotoria de Comarca de Itaúna. Alegação de ilegalidades ocorridas na votação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Pedidos de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

- 16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00247/2021-30
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Desconstituição de ato. Resolução nº 101, aprovada pelo Conselho Superior. Ato Nº 01/2021-CGMP/BA, editado pela Corregedoria Geral. Regulamentação do estágio probatório dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Pedido liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Bahia
Vista: Cons. Moacyr Rey Filho
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
- 17) Pedido de Providências nº 1.00422/2022-34
Requerente: Rainor Ido da Silva
Advogado: Francisco Yukio Hayashi – OAB/SC n.º 038522
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Decisão. Determinação para o deferimento de pedido de cópias integrais do PCA CNMP nº 739/2021-80.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

- 18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00675/2022-07 (Processo Sigiloso)
Requerente: Vitor Hanna Pereira
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins
Interessado: Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE
Objeto: Ministério Público do Estado do Tocantins. 10º Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Promotor de Justiça Substituto. Vagas destinadas aos candidatos deficientes. Descumprimento do Estatuto da Deficiência pela banca examinadora. Pedido Liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Tocantins
Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
- 19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00676/2022-52 (Processo Sigiloso)
Requerente: Vitor Hanna Pereira
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins
Interessado: Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE
Objeto: Ministério Público do Estado do Tocantins. 10º Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Promotor de Justiça Substituto. Vagas destinadas aos candidatos deficientes. Desconstituir o ato administrativo que considerou o requerente inapto na avaliação psicológica. Pedido Liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Tocantins
Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Pedidos de Vista na 12ª Sessão Ordinária de 2022 (23/08/2022)

- 20) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00085/2022-20
Requerente: Jose Carlos Guillem Blat
Advogado: Vinicius Guerballi – OAB/SP n.º 362467
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Procedimento Administrativo Disciplinar Sumário nº 15/2019, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

- 21) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00332/2022-43 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
- Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
- Advogados: Ophir Filgueiras Cavalcante Junior – OAB/PA n.º 3259; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Eduardo Falcete – OAB/DF n.º 45066; Caio Neno Silva Cavalcante – OAB/DF n.º 64.308; Mariana Milanesio Monteggia – OAB/DF n.º 66.133; João Paulo Cunha – OAB/DF n.º 52.369; Fernanda Porto Fernandes – OAB/DF n.º 50.448
- Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público
- Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Suposta violação do dever funcional.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
- 22) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00334/2022-50 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
- Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
- Advogados: Ophir Filgueiras Cavalcante Junior – OAB/PA n.º 3259; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Eduardo Falcete – OAB/DF n.º 45066; Caio Neno Silva Cavalcante – OAB/DF n.º 64.308; Mariana Milanesio Monteggia – OAB/DF n.º 66.133; João Paulo Cunha – OAB/DF n.º 52.369; Fernanda Porto Fernandes – OAB/DF n.º 50.448
- Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público
- Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Suposta violação do dever funcional.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Pedidos de Vista na 14ª Sessão Ordinária de 2022 (20/09/2022)

- 23) Reclamação Disciplinar nº 1.00746/2021-64 (Embargos de Declaração)
- Embargantes: Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Movimento Independente Mães de Maio
- Advogados: João Paulo de Godoy – OAB/SP n.º 365.922; Marcos Roberto Fuchs – OAB/SP n.º 101.663; Raissa Carla Belintani de Souza – OAB/SP n.º 404.214
- Embargado: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
- Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- Origem: São Paulo
- Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

- 24) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00586/2022-61
Requerente: Fabrício José da Fonseca Pinto
Advogado: Luís Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG nº 58.400
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Desconstituição de ato administrativo. Decisão proferida pelo Procurador-Geral de Justiça. Reconhecimento ao direito à percepção de auxílio-moradia. Conforme previsto na Resolução CNMP nº 194/2018. Determinação para o ressarcimento dos valores despendidos pelo requerente com moradia na Comarca de Belo Horizonte/MG.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 25) Proposição nº 1.00328/2018-90
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 26) Proposição nº 1.00509/2018-25
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 27) Proposição nº 1.00891/2018-03
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF nº 22.812
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

- 28) Proposição nº 1.00461/2019-18
Requerente: Lauro Machado Nogueira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 29) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Margaret Matos de Carvalho
Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Distrito Federal
- 30) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº 48/2020.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

- 31) Proposição nº 1.01065/2017-37
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

32) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PGJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

33) Proposição nº 1.01226/2021-14

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental. Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

34) Proposição nº 1.00271/2021-42

Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre regras gerais regulamentares para concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro, consolidando as Resoluções nº 14/2006; nº 24/2007; nº 40/2009; nº 57/2010; nº 118/2014; nº 141/2016; nº 170/2017; nº 188/2018; nº 203/2019; nº 206/2019 e a Resolução nº 219/2020; o Enunciado nº 11/2016; e as Súmulas nº 4 e nº 5, de 2018; nº 6 e nº 7, de 2018, e nº 10 de 2018, e incluindo dispositivos com teor extraído das Recomendações nº 12/2009, nº 25/2014 e nº 40/2016 e sugerido na Proposta de Resolução nº 1.01141/2018-59.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal

- 35) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

- 36) Proposição nº 1.01227/2021-78
Requerente: Sandra Krieger Gonçalves
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público e dispõe sobre a criação e manutenção, no âmbito do CNMP, de repositório online com dados de mulheres juristas brasileiras com expertise em diferentes áreas do Direito e que atuem em todas as áreas jurídicas – magistratura, Ministério Público, advocacia privada ou estatal, acadêmicas e servidoras públicas.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2022

- 37) Proposição nº 1.00171/2022-05
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito a instituições de ensino superior (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, e, (b) em caso de mandado de segurança ou de registro de diploma perante o órgão público competente ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC).
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022)

38) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC n.º 12309
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina;
Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Santa Catarina

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

39) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00474/2019-23

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Anulação de artigos da Portaria nº 98/PGJ/2019, bem como de termos dos anexos das Portarias nº 210/PGJ, nº 314/PGJ, nº 397/PGJ e nº 482/PGJ. Designações de membro para oficiar perante Promotorias de Apoio Operacional. Pedido liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

40) Reclamação Disciplinar nº 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)

Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira
Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF n.º 51483
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná

41) Conflito de Atribuições nº 1.00218/2022-40

Requerente: Procuradoria da República – Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.002.000142/2021-62. SIMP nº 001993-509/2021. Apuração de existência de bingos clandestinos. Município de Aldeias Altas/MA.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Maranhão

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 42) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)
Embargantes1: Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho
Embargante2: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5º ao art. 1º, da Resolução CNMP nº 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 43) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00664/2021-00
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Desconstituição de ato administrativo. Irregularidades na transformação de 107 (cento e sete) cargos de provimento efetivo de diversos níveis em 150 (cento e cinquenta) cargos em comissão de Assistente de Promotoria. Ausência de prévio concurso para a remoção dos cargos vagos pelas aposentadorias e exonerações de diversos servidores efetivos.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Paraná

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2022 (14/06/2022)

- 44) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00408/2021-87
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogados: Eduardo Pizarro Carnelos – OAB/SP n.º 78154; Roberto Soares Garcia – OAB/SP n.º 125605; Flavia Amarante Teixeira Duarte – OAB/SP n.º 434393
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo. Manifestação no bojo do Pedido de Providências nº 1.00675/2019-19. Possível manifestação difamatória e ofensiva em face de Conselheiros Nacionais do Ministério Público.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

- 45) Reclamação Disciplinar nº 1.01279/2021-08 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Sigiloso
Embargado: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 46) Proposição nº 1.00138/2022-02
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Revogação do inciso V do artigo 1º da Resolução CNMP nº 208, de 13 de março de 2020, e restabelece o preenchimento e envio dos relatórios de inspeções de que trata Resolução CNMP nº 154, de 13 de dezembro de 2016.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

- 47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00006/2022-18
Requerente: Marcelo Yuri Moreira Martins
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Indicação de Técnico Ministerial para cargo comissionado de Assessor Jurídico I na 2ª Promotoria de Justiça de Conflitos Fundiários e Defesa da Habitação. Indeferimento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Ceará

- 48) Proposição nº 1.00326/2022-13
Requerentes: Antônio Edílio Magalhães Teixeira; Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Controle Administrativo e Financeiro; Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomendação aos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro a observância dos tratados, convenções, protocolos internacionais de direitos humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando oportuno e conveniente.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

- 49) Reclamação Disciplinar nº 1.01272/2021-22
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Interessados: Corregedoria do Ministério Público do Trabalho; Ministério Público do Trabalho
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal
- 50) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01306/2021-60 (Recurso Interno)
Recorrentes: Edison Lobão; Marcio Lobão; Romero Juca
Advogado: Fábio Medina Osório – OAB/RJ n.º 160107
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro; Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Membros do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe. Apuração e infração disciplinar praticada no exercício de atividade funcional perante a Força Tarefa anteriormente denominado Lava Jato do Rio de Janeiro. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00477/2021-45. Portaria CNMP-CN N° 70/2021.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal

- 51) Conflito de Atribuições nº 1.00620/2022-06
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.28.000.000986/2022-03. Apuração de possível descumprimento de carga horária do Programa de Saúde da Família (PSF) e do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). Uso indevido de automóvel para fins particulares. Município de Senador Georgino Avelino/RN.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Rio Grande do Norte
- 52) Proposição nº 1.00622/2022-05
Requerente: Paulo Cezar dos Passos
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina a manifestação em habilitação, celebração de casamento civil e conversão de união estável entre pessoas do mesmo sexo.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 53) Conflito de Atribuições nº 1.00633/2022-03 (Processo Sigiloso)
Requerente: Procuradoria da República no Município de Santarém/PA
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.23.002.000265/2022-51 e Notícia de Fato nº 005482-031- 2022. Apuração de falta de prédio para funcionamento da escola localizada na comunidade São Francisco do Aruã, Gleba Nova Olinda, PEAEX Aruã/Santarém.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Pará

Incluídos na Pauta da 12ª Sessão Ordinária de 2022 (23/08/2022)

- 54) Pedido de Providências nº 1.00272/2021-04
Requerente: Empresa Pedrosa Ltda
Advogado: Felipe Varela Caon – OAB/SP n.º 407.087
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho 6ª Região – PE
Interessados: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Chafic Krauss Daher; Leonardo Osório Mendonça; Lorena Pessoa Bravo Marostica
Advogados: Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado de Pernambuco. Desrespeito à Lei Geral de Proteção de Dados. Inquérito Civil nº 003084.2020.06.000/8 e nº 003110.2020.06.000/9. Requisição de dados pessoais de funcionários e ex-funcionários da requerente. Ministério Público do Trabalho da 6ª Região. Pedido liminar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Pernambuco

- 55) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00152/2022-61
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG nº 58.400
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Reclamação Disciplinar nº 1.00581/2021-01. Divulgação de mensagens em perfil pessoal na rede social "Facebook", com ofensas à honra e à reputação de ex-Presidente da República e Governador de Estado, bem como a Ministros do Supremo Tribunal Federal.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 56) Pedido de Providências nº 1.00268/2022-73
Requerente: Município de Porto Velho
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Atuação. Recomendação nº 05/2020-21ªPJ. Conflito de entendimento sobre atendimento inicial feito pelo Conselho Tutelar ao adolescente que tenha cometido ato infracional. Município de Porto Velho/RO.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rondônia
- 57) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00300/2022-00 (Processo Sigiloso)
Requerente: Maria Tania Coelho da Silva Alves
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Alegação de omissão do Parquet estadual em executar sentença judicial. Possível negligência com menor de idade. Município de Petrolina.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Pernambuco

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2022 (13/09/2022)

- 58) Proposição nº 1.00220/2019-05
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração das Resoluções nº 20/2007, nº 129/2015 e nº 181/2007. Adequação às disposições do art. 53, do Estatuto da Igualdade Racial e do Direito Internacional dos Direitos Humanos.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

- 59) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00270/2019-38 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogados: Antonio Fernando Miranda – OAB/SP nº 33119; Fernanda Barretto Miranda Daolio – OAB/SP nº 198176; Jessica de Lima Macedo – OAB/SP nº 384838; Leonardo Carvalho Rangel – OAB/SP nº 285350
Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Conduta incompatível com o cargo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00674/2016-24. Portaria CNMP-CN nº 30/2019.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: São Paulo
- 60) Proposição nº 1.00301/2019-05
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Interessado: Associação Nacional dos Procuradores da República
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Anteprojeto de Lei. Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 61) Proposição nº 1.00708/2019-32
Requerente: Dermeval Farias Gomes Filho
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Fiscalização de verbas do Fundo Penitenciário Nacional. Ações dirigidas à ampliação de ofertas de vagas do sistema prisional.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 62) Reclamação Disciplinar nº 1.00172/2021-60 (Processo Sigiloso)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Mato Grosso do Sul
- 63) Procedimento Avocado nº 1.01165/2021-03
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre
Advogados: Marcus Venicius Nunes da Silva – OAB/AC n.º 3886; Alessandro Callil de Castro – OAB/AC n.º 3.131
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Procedimento Avocado. Procedimento Administrativo Disciplinar nº 10.2020.00000063-0. Acórdão proferido na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00601/2021-72.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Acre

- 64) Proposição nº 1.00139/2022-58
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução nº 154, de 13 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência e dá outras providências.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal
- 65) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00154/2022-79
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673; Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800
Interessados: Corregedoria do Ministério Público Federal; Ministério Público Federal
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Mossoró/RN. Reclamação Disciplinar n.º 1.01257/2021-01.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Rio Grande do Norte
- 66) Reclamação Disciplinar nº 1.00234/2022-15 (Recurso Interno)
Recorrente: Carlos Eduardo Lima
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: São Paulo
- 67) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00433/2022-32
Requerente: Kennedy Carvalho Bezerra
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Suspensão da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público, que converteu o julgamento em diligência, determinando o retorno do processo 01.2021.00016033-0 à origem. Desrespeito à independência funcional do requerente. Pedido liminar.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Ceará

- 68) Proposição nº 1.00630/2022-42
Requerente: Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução CNMP nº 173, de 4 de julho de 2017, para estabelecer a necessidade de envio automatizado ao CNMP das decisões dos órgãos colegiados dos ramos e unidades do Ministério Público investidos do controle da atuação extrajudicial finalística.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 69) Proposição nº 1.00647/2022-72
Requerente: Paulo Cezar dos Passos
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 31, inciso X, do RICNMP.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 70) Proposição nº 1.00653/2022-00
Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 4º, inciso I, da Resolução CNMP nº 20/2007. Redução do número de visitas ordinárias na atividade de controle externo da atividade policial.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 71) Conflito de Atribuições nº 1.00684/2022-90
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Procedimento eletrônico SIMP 006685-010/2020 (Inquérito Civil). Apuração de responsabilidade civil por danos ambientais no Córrego Piscina, decorrentes de obra de canalização de águas pluviais oriundas da BR-364, realizada pelo DNIT, no Município de Rondonópolis/MT.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Mato Grosso

- 72) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00706/2022-76
Requerente: Beatriz Kicis Torrents de Sordi
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: Comissão de Infância e Juventude
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Controle. Recomendação nº 1/2022. 5ª Promotoria de Justiça de Eunápolis/BA. Adoção de medidas pelo Conselho Tutelar de Eunápolis, Itagimirim e Itapebi, pela Secretaria Municipal de Educação e por unidades de ensino públicas e privadas. Obrigatoriedade da imunização das crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Bahia
- 73) Conflito de Atribuições nº 1.00709/2022-37
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 08191.081805/2022-71. Apuração de suposto descumprimento do Código de Defesa do Consumidor, referente à venda irregular de anabolizantes por meio de sítio eletrônico.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Minas Gerais
- 74) Conflito de Atribuições nº 1.00720/2022-33
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Procuradoria da República – Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento IDEA nº 608.0.215018/2012. Apuração de supostos atrasos nos pagamentos das remunerações dos funcionários. Verbas do FUNDEB. Município de Jequié/BA.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Bahia
- 75) Conflito de Atribuições nº 1.00761/2022-75
Requerente: Ministério Público do Estado do Maranhão
Requerido: Procuradoria da República – Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. NF nº 004706-500/2022. Apurar ausência de prestação de contas dos recursos do FUNDEB e irregularidades no Conselho do FUNDEB, sob responsabilidade do Prefeito de São Luís, Eduardo Salim Braide, e do Vereador Antônio Marcos Silva (Marquinhos).
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Maranhão

- 76) Pedido de Providências nº 1.00800/2022-80
Requerente: Josimar Ferreira da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: Pablo Antonio Cordeiro de Almeida
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. IDEA 297.9.40242.2022. Desatenção quanto à preservação de sigilo dos dados pessoais do requerente no andamento do procedimento na promotoria de justiça. Solicita apuração da forma como seus dados pessoais foram compartilhados com o denunciado.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Bahia
- 77) Proposição nº 1.00860/2022-57
Requerente: Antônio Augusto Brandão de Aras
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Ordem do Mérito do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal
- 78) Conflito de Atribuições nº 1.00914/2022-84
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. NF nº 1.30.009.000156/2022-30. IP nº 126-05466/2019. Suposto comércio ilegal de aparelhos telefônicos anunciados em site de comércio eletrônico – OLX.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Rio de Janeiro

Processos desta Sessão (11/10/2022)

- 79) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00882/2021-63 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Daniel Coutinho da Silveira – OAB/PA n.º 11595
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Instrumentalização de sua atuação funcional em fundamentos ideológicos e desviando-se do atendimento do interesse público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00305/2021-80. Portaria CNMP-CN nº 34/2021.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Pará

- 80) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01277/2021-09 (Embargos de Declaração)
Embargante: Membro do Ministério Público Militar
Advogados: Valdetario Andrade Monteiro – OAB/DF n.º 53281; Robson Sabino de Sousa – OAB/CE n.º 16.141; Miguel Leal Neto – OAB/CE n.º 24.160; André Arraes de Aquino Martins – OAB/CE n.º 18.568; Rodrigo Portela Oliveira – OAB/CE n.º 24.133; Vitor de Holanda Freire – OAB/CE n.º 19.556
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público Militar. Manifestação pública indevida. Utilização de redes sociais. Manifestação ofensiva à figura da mulher. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00734/2021-02. Portaria CNMP-CN Nº 91/2021.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
- 81) Notícia de Fato nº 1.00312/2022-54 (Recurso Interno)
Recorrente: Clessio Alves Sousa
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Bahia
- 82) Notícia de Fato nº 1.00313/2022-08 (Recurso Interno)
Recorrente: Clessio Alves Sousa
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Bahia
- 83) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00371/2022-78 (Embargos de Declaração)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogado: Augusto Eduardo de Souza Rossini – OAB/SP n.º 92340
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Manifestação pública indevida. Utilização de redes sociais. Ataques ao Presidente da República. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00056/2022-40. Portaria CNMP-CN nº 25/2022.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: São Paulo
- 84) Notícia de Fato nº 1.00372/2022-21 (Recurso Interno)
Recorrente: Clessio Alves Sousa
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Bahia

- 85) Proposição nº 1.00478/2022-99
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Advogados: Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Lucas de Almeida – OAB/RS n.º 109.911
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 237/2021. Tratamento igualitário às gestantes e lactantes, bem como aos membros(as) e servidores(as) adotantes, assegurando a estes grupos de pessoas as mesmas condições especiais de trabalho.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
- 86) Notícia de Fato nº 1.00516/2022-40 (Recurso Interno)
Recorrente: Clessio Alves Sousa
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Bahia
- 87) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00536/2022-39 (Recurso Interno)
Recorrente: Edmar Augusto Gomes
Advogado: Bernardo Ribeiro Camara – OAB/MG n.º 76740
Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Manifestação pública indevida. Violação a direitos da comunidade LGBTIQIA+. Informações colhidas na Revisão de Processo Disciplinar CNMP nº 1.01355/2021-30. Portaria GAB-EAM/CNMP Nº 1/2022.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Minas Gerais
- 88) Proposição nº 1.00593/2022-45 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 4º, § 1º, inciso II, da Resolução CNMP nº 223/2020, para suprimir locução do texto original e permitir que os valores das participações obrigatórias dos beneficiários possam ser objeto de ressarcimento.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

- 89) Proposição nº 1.00634/2022-67
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Diretrizes para realização de videoconferência no âmbito do Ministério Público.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Distrito Federal
- 90) Proposição nº 1.00635/2022-10
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 148, §2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
- 91) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00649/2022-80
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Reclamação Disciplinar n.º 1.01122/2021-64. Apresentação de parecer contrário a pedido de habilitação para casamento homoafetivo.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Maranhão
- 92) Reclamação Disciplinar nº 1.00668/2022-15 (Recurso Interno)
Recorrente: Juarez Gomes Ribeiro
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Ceará.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Ceará
- 93) Pedido de Providências nº 1.00685/2022-43 (Recurso Interno)
Recorrente: Município de Araguaína
Advogado: Gustavo Fidalgo e Vicente – OAB/TO n.º 2020
Recorrido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Recomendação ao Município de Araguaína/TO, em razão de suposta existência de assédio moral organizacional. Indeferimento de acesso aos autos do Inquérito Civil n.º 000033.2022.10.002/0 ao Município de Araguaína. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Tocantins

- 94) Pedido de Providências nº 1.00715/2022-67 (Processo Sigiloso)
Requerente: Giuliana Montigelli Pittigliani
Advogada: Izabella Hernandez Borges – OAB/SP nº 327697
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Alegação de violência física, psicológica e moral por parte de ex-companheiro. Inquérito Policial. Arquivamento.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: São Paulo
- 95) Pedido de Providências nº 1.00786/2022-32 (Recurso Interno)
Recorrentes: Abenildo Maia Borges; Creuzenir Magalhães da Costa Gonçalves; Jascineia Costa dos Santos; José Geraldo da Silva; Josimar Luiz Curcino; Maria Oliveira dos Santos; Rosangela Carvalho de Moraes; Talisson Araujo de Castro
Recorrido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Alegação de apropriação ilícita de valores recebidos por morador do Acampamento Rosa Luxemburgo, em Samambaia/DF, referente à economia comunitária para instalação de energia. Ausência de investigação criminal do fato.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal
- 96) Conflito de Atribuições nº 1.00791/2022-09
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.21.003.000176/2022-70. Apuração da legalidade da assunção de dívida pelo Município de Mundo Novo/MS junto à SUDECO, referente ao Convênio 755268/2010.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Mato Grosso do Sul
- 97) Avocação nº 1.00816/2022-56
Requerente: Emerson Maciel Elias
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE nº 40.495
Requeridos: Corregedoria Geral do Ministério Público do Ceará; Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Avocação. Sindicância nº 10.2022.00000050-4/MPCE, em trâmite na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará. Apuração de suposta violação do dever funcional previsto no art. 212, I, da Lei Complementar Estadual nº 72/2008.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Ceará

- 98) Conflito de Atribuições nº 1.00849/2022-50
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Goiás. Conflito negativo de atribuições. Procedimento SIMP nº 002369-007/2014. Inquérito Policial PJE nº 0006226-24.2014.8.11.0042. Apuração de crime de receptação dolosa, previsto no art. 180, caput, do Código Penal.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Goiás
- 99) Pedido de Providências nº 1.00869/2022-40 (Embargos de Declaração)
Embargante: Wanderley Alves de Oliveira
Embargado: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promoção de arquivamento. Processo nº 1502908-39.2021.8.26.0577 – JECRIM. Processo nº 1523534-50.2019.8.26.0577 – JECRIM. Falta de comunicação a respeito das decisões proferidas nos mencionados procedimentos. Comarca de São José dos Campos/SP.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: São Paulo
- 100) Conflito de Atribuições nº 1.00892/2022-06
Requerente: Procuradoria da República – Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.002.000040/2022-28. SIMP - 004791-252/2020. Apuração de ocupação irregular de imóvel do programa "Minha Casa, Minha Vida". Ocupação autorizada pela Secretaria Municipal de Habitação. Município de Timon/MA.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Maranhão
- 101) Conflito de Atribuições nº 1.00907/2022-09
Requerente: Procuradoria da República – Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.005.000076/2022-81. Inquérito Civil Público nº 08/2018 – PJLOR. Apuração de possíveis irregularidades na aplicação dos recursos provenientes do PNATE, FUNDEB e MDE, no transporte escolar dos estudantes que integram a rede do Município de Loreto/MA.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Maranhão

102) Conflito de Atribuições nº 1.00932/2022-66

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Processo SEI n.º 29.0001.0151437.2022-38. Apura suspeita de uso de documento falso para atendimento em hospital, localizado em Várzea Grande/MT, para fins de comprovação de atendimento para embasar ação de cobrança de seguro DPVAT, em prejuízo da companhia de seguro Porto Seguro, com sede em São Paulo.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: São Paulo

103) Conflito de Atribuições nº 1.00933/2022-10

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Processo SEI n.º 29.0001.0160368.2022-43. Apura suspeita de uso de documento falso para atendimento em hospital, localizado em Cuiabá/MT, para fins de comprovação de atendimento para embasar ação de cobrança de seguro DPVAT, em prejuízo da companhia de seguro Porto Seguro, com sede em São Paulo.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: São Paulo

104) Conflito de Atribuições nº 1.00934/2022-73

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessado: Procuradoria da República no Município de São Pedro da Aldeia/RJ – 1º Ofício
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Processo 50582353120224025101. Apuração de eventual crime de estelionato. Empresa BTC Trader. Comarca de São Pedro da Aldeia/RJ.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Rio de Janeiro

105) Conflito de Atribuições nº 1.00941/2022-57

Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.33.000.001626/2022-51. Inquérito Civil MP/SC 06.2012.0005971-6. Apuração de irregularidades praticadas por Deputado Estadual envolvendo servidores de seu gabinete.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Santa Catarina

106) Conflito de Atribuições nº 1.00959/2022-30

Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.23.000.000808/2022-51. Apuração de suposta irregularidade praticada pela Faculdade UNIPLAN. Descumprimento do contrato educacional. Insuficiência de professores para a ministração de aulas na sua unidade no município.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Pará

107) Conflito de Atribuições nº 1.00969/2022-85

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público Federal
Interessado: Promotoria de Justiça junto ao Juizado Especial Adjunto Criminal de Resende e de Investigação Penal de Resende, Itatiaia, Porto Real e Quatis
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Procedimento MPRJ n.º 2020.00733129 (Inquérito Policial n.º 089-02168/2020). Suposta prática de crimes ambientais em localidade denominada Vila São Pedro, no distrito de Engenheiro Passos, Município de Resende/RJ.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio de Janeiro

108) Conflito de Atribuições nº 1.00979/2022-20

Requerente: Ministério Público Federal
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.23.001.000151/2022-11. Suposta omissão da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA) em regularizar o Conselho Escolar da EEEM Acy de Jesus de Neves Pereira, fato que obstaculiza o recebimento de verbas federais do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Pará

109) Procedimento Avocado nº 1.00983/2022-42 (Processo Sigiloso)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre
Advogados: Kárida Coelho Monteiro – OAB/DF n.º 30.484; Raquel Botelho Santoro – OAB/DF n.º 28.686
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Acre; Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Reclamação Disciplinar n.º 1.00553/2022-67. Avocação do Processo Administrativo Disciplinar n.º 10.2019.00000023-0. Conclusões contraditórias do Conselho Superior e do Colégio de Procuradores de Justiça. Prejuízo ao adequado trâmite procedimental.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Acre

110) Conflito de Atribuições nº 1.00989/2022-74

Requerentes: Ministério Público Federal; Procuradoria da República no Município de Vilhena/RO – 1º Ofício
Requeridos: 2ª Promotoria de Justiça de Pimenta Bueno; Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Rondônia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.31.003.000133/2022-48. Suposta prática de crime de falsidade ideológica em face de empresa, após comunicação inicial do IBAMA.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Rondônia

111) Conflito de Atribuições nº 1.00991/2022-80

Requerentes: Ministério Público Federal; Procuradoria da República no Município de Vilhena/RO – 2º Ofício
Requeridos: 2ª Promotoria de Justiça de Pimenta Bueno; Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Rondônia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.31.003.000132/2022-01. Suposta prática de crime de falsidade ideológica, por parte de empresa, após comunicação inicial do IBAMA.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rondônia

112) Conflito de Atribuições nº 1.00995/2022-02

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuições. NF nº 38.0193.0000285/2022-0. SEI nº 29.0001.0174796.2022-39. Servidor municipal contratou empréstimos consignados junto aos Bancos Santander e Caixa Econômica Federal e apesar de os valores terem sido descontados regularmente em folha de pagamento, não foram repassados pelo Município de Apiaí às instituições bancárias.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo

113) Conflito de Atribuições nº 1.01004/2022-37

Requerentes: Procuradoria da República no Município de Vilhena/RO – 2º Ofício; Procuradoria da República – Rondônia
Requeridos: 2ª Promotoria de Justiça de Pimenta Bueno; Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Rondônia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.31.003.000134/2022-92. Apuração de suposta prática de crime de falsidade ideológica, por parte de empresa, após comunicação inicial do IBAMA.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Rondônia

114) Conflito de Atribuições nº 1.01014/2022-81

Requerentes: Procurador Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC); Procuradoria da República no Município de Viçosa/Ponte Nova
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Procedimento Preparatório nº: 1.22.014.000218/2021-25. Apurar representação de negativa do fornecimento do medicamento Prolia 60mg a paciente.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Distrito Federal

115) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01022/2022-19

Requerente: Anderson Ribeiro Gomes
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. XIII Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de Promotor de Justiça e de Promotor de Justiça Substituto. Pedido de suspensão dos subitens 3.8 e 10.1.2, 'i' do Edital nº 1, de 22/08/2022, que listou como requisitos básicos para investidura no cargo a apresentação de declaração que demonstre boa conduta social e idoneidade moral, atestadas por, pelo menos, dois membros vitalícios do Ministério Público ou do Poder Judiciário, ferindo assim o princípio constitucional da igualdade. Pedido de Liminar
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Pará

116) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.01023/2022-72

Requerente: Fábio Rocha de Almeida
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Inércia quanto à apuração de denúncia de assédio moral, em flagrante descumprimento do Estatuto da Polícia Militar e Código de Ética da Corporação. Denúncia protocolada na 6ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania da Capital (nº 792143 – Nº MPRJ 2022.0211424).
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Rio de Janeiro

117) Conflito de Atribuições nº 1.01024/2022-26

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil 1.30.005.000444/2015-03. Proc. MPRJ 2015.00763298. Representação do Conselho Comunitário da Orla da Baía de Niterói – CCOB, face à suposta relação entre empresário e prefeito de Niterói, e possíveis irregularidades na construção do túnel Charitas-Cafubá ("Transoceânica").
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio de Janeiro

118) Conflito de Atribuições nº 1.01032/2022-63

Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo n.º 17269/2022. Ajuizamento de ação de execução de pena de multa. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Marechal Cândido Rondon/PR. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Camboriú/SC.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Paraná

119) Conflito de Atribuições nº 1.01034/2022-70

Requerente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º MPMG-0134.22.003314-6. Manifestação em face do Centro Universitário FAVENI, localizado em Venda Nova do Imigrante/ES.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Minas Gerais

120) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01036/2022-88

Requerente: Rodier Barata Ataíde
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Interessados: Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo; Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará que cancelou os atos extrajudiciais referente ao Inquérito Civil n.º 000381-151/2020-MPPA e, conseqüentemente, cancelou a instauração do Procedimento Preparatório n.º 000001-150/2022 e de seus atos instrutórios. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará

121) Conflito de Atribuições nº 1.01050/2022-45

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuição. Peças de Informação nº 66.0161.0000480/2022 (SEI nº 29.0001.0093783.2022-40). 6º Promotor de Justiça do Consumidor da Capital (SP). 43º Promotor de Justiça da Comarca de Campo Grande (MS). Instauração de procedimento para investigar comercialização de bicicletas, via internet, por empresa localizada na capital paulistana, que não satisfazem as exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso do Sul

122) Conflito de Atribuições nº 1.01052/2022-52

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuição. Peças de Informação nº 66.0161.472/2022 (SEI nº 29.0001.0094220.2022-75). 4º Promotor de Justiça do Consumidor da Capital – São Paulo. 43º Promotor de Justiça da Comarca de Campo Grande – Mato Grosso do Sul. Instauração de procedimentos para investigar a adequação de bicicletas às exigências do Código de Trânsito. Investigação da empresa “Groove Bikes”.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso do Sul

123) Conflito de Atribuições nº 1.01053/2022-06

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuição. Peças de Informação nº 66.0161.0000477/2022 (SEI nº 29.0001.0098599.2022-85). 4º Promotor de Justiça do Consumidor da Capital – São Paulo. 43º Promotor de Justiça da Comarca de Campo Grande – Mato Grosso do Sul. Instauração de procedimento para investigar comercialização de bicicletas, via internet, por empresa localizada na capital paulistana, que não satisfazem às exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Investigação da empresa “SMS Import”.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso do Sul

124) Conflito de Atribuições nº 1.01054/2022-60

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuição. Peças de Informação nº 66.0161.0000468/2022 (SEI nº 29.0001.0093768.2022-57). 6º Promotor de Justiça do Consumidor da Capital – São Paulo. 43º Promotor de Justiça da Comarca de Campo Grande – Mato Grosso do Sul. Instauração de procedimento para investigar comercialização de bicicletas, via internet, por empresa localizada na capital paulistana, que não satisfazem às exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Investigação da empresa “DreamBike”.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso do Sul

125) Conflito de Atribuições nº 1.01055/2022-13

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuição. Peças de Informação nº 66.0161.0000474/2022 (SEI nº 29.0001.0093773.2022-19). 6º Promotor de Justiça do Consumidor da Capital – São Paulo. 43º Promotor de Justiça da Comarca de Campo Grande – Mato Grosso do Sul. Instauração de procedimento para investigar comercialização de bicicletas, via internet, por empresa localizada na capital paulistana, que não satisfazem às exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Investigação da empresa “Labici”.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Mato Grosso do Sul

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público